



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181353 - RJ (2021/0231522-5)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 10A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : INSTITUTO DE ATENCAO BASICA E AVANCADA A SAUDE - IABAS
INTERES. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 10A. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO (RJ), suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 8a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO (SP), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de pedido de tutela antecedente de urgência ajuizado em 4/5/2021, pelo Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS contra o Estado do Rio de Janeiro

O juízo suscitante assim se manifestou (fls. 5-6):

O ajuizamento da ação em face do Estado do Rio de Janeiro, visando suspender os efeitos do ato administrativo que declarou a inidoneidade do autor e que tem por fim possibilitar sua participação na licitação Chamamento Público nº 001/2021-SMS/SERMAP-CPCS, destinada ao sistema de saúde do Município de São Paulo, em nada afeta a competência do Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo para processar e julgar a presente demanda.

É sabido que a competência é o critério para distribuição entre os órgãos judiciais das atribuições relativas ao desempenho da jurisdição, definindo a legitimidade de qual Juízo é o competente para dirimir a controvérsia, e de acordo com a regra processual trazida pelo parágrafo único do artigo 52 do Código de Processo Civil de 2015, a competência de julgamento para as causas que tenham como réu Estado ou Distrito Federal é concorrente entre o foro de domicílio do autor, da ocorrência do fato ou ato que gerou a demanda, da situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

O dispositivo mencionado permite que um Estado da

Federação seja demandado em outra unidade federativa, dando a entender que deverá se sujeitar a decisão do Poder Judiciário de outro ente e também que seja demandado fora da Capital, confirmando o entendimento no âmbito deste C. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, mesmo antes do advento do atual regramento processual, o Estado-membro não deteria prerrogativa de foro e poderia ser processado em outra comarca que não seja a sua capital.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Não há demonstração nos autos de exame da tutela de urgência.

Em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Registre-se que o STJ entende que os Estados-Membros, suas autarquias e empresas públicas não gozam de foro privilegiado.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM FACE DO ESTADO DE SERGIPE. ART. 52 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO. DEMANDA EM FACE DE ESTADO OU O DISTRITO FEDERAL. FORO DE DOMICÍLIO DO AUTOR. CABIMENTO. COMPETÊNCIA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA CONEXA. SOBRESTAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

III - Conforme o art. 52 do Código de Processo Civil, é competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal. Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado, restando competente, dessa forma, o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA.

(...)

IX - Agravo Interno improvido.

(Aglnt no CC 157.479/SE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 04/12/2018).

Ante o exposto, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 8a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO (SP), ora suscitado, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas

informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência